



PREFEITURA  
DE NITERÓI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E  
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO – SEPLAG  
CURSO DE FORMAÇÃO CGM | SEPLAG – 2025

PROVA OBJETIVA – TARDE

## MÓDULO II

# AMCI - CIÊNCIAS CONTÁBEIS



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **20 (vinte)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

**1**

A Força Aérea Brasileira constatou, em junho de 2024, que um de seus helicópteros estava obsoleto, e, por isso, não poderia mais ser usado.

Foi decidido aguardar um posicionamento oficial para baixar o helicóptero do ativo imobilizado da entidade, o que não havia acontecido até o final do mês de junho de 2025, data em que foram elaboradas as Demonstrações Contábeis.

Sobre a hipótese, assinale a opção que indica a principal característica qualitativa que **não** foi atendida.

- (A) Neutralidade.
- (B) Tempestividade.
- (C) Continuidade.
- (D) Conservadorismo.
- (E) Compreensibilidade.

**2**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, *ativo* é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Em relação à definição de *ativo*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A existência de ativos é condicionada à vinculação com obrigações.
- (B) O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em usar o recurso por tempo indeterminado.
- (C) Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa.
- (D) Recurso é um objeto com forma física definida, com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
- (E) As entidades podem obter ativos apenas por intermédio da compra em transação com contraprestação ou de seu desenvolvimento.

**3**

Com relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- ( ) O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas e passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.
- ( ) Assim como a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a DVP apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo, que constitui o principal indicador de desempenho da entidade pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – F.

**4**

Em dezembro de 2024, o Governo do Estado estava se preparando para receber líderes de outros países. Desse modo, adquiriu, à vista, dois veículos por R\$ 600.000,00, com o objetivo de utilizá-los em julho de 2025 e vendê-los em outubro do mesmo ano, por R\$ 540.000,00.

No Balanço Patrimonial apresentado em 31/12/2024, os veículos são classificados como

- (A) investimentos.
- (B) ativo intangível.
- (C) ativo imobilizado.
- (D) ativo circulante.
- (E) ativo realizável a longo prazo.

**5**

Em 01/06/2022, uma entidade do setor público adquiriu móveis para o seu escritório por R\$ 60.000,00. A entidade esperava utilizar os móveis durante 10 anos e, posteriormente, doá-los.

Ao realizar o teste de recuperabilidade dos móveis em 31/12/2024 foi constatado que o valor em uso era estimado em R\$ 42.000,00. Já o valor justo líquido de despesas de venda era estimado em R\$ 44.000,00.

Em 31/12/2024, a entidade reconheceu, em suas demonstrações contábeis, despesa por perda de recuperabilidade dos móveis de

- (A) Zero.
- (B) R\$ 500,00.
- (C) R\$ 2.000,00.
- (D) R\$ 2.500,00.
- (E) R\$ 6.000,00.

**6**

Uma entidade do setor público possui terrenos que são destinados à valorização. A entidade mensura os terrenos pelo valor justo. Em 31/12/2024 foi constatada uma perda proveniente da alteração no valor justo dos terrenos.

Esta deve ser reconhecida

- (A) em 2024, no resultado.
- (B) em 2024, em provisão para perdas.
- (C) em 2024, em ajuste de avaliação patrimonial.
- (D) em 2025, no resultado.
- (E) em 2025, em ajuste de avaliação patrimonial.

**7**

Em relação ao reconhecimento do custo de item do ativo imobilizado, no Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público, analise o que se afirma a seguir.

- I. Há expectativa de valorização futura.
- II. O custo ou o valor justo do item pode ser mensurado confiavelmente.
- III. É provável que os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade.

O custo de item do ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo quando é verificado o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**8**

Com o objetivo de melhorar a iluminação pública, um Município adquiriu, em 2024, postes de luz, tendo pago R\$ 100.000,00 por eles. O Município pagou, ainda, R\$ 20.000,00 para a preparação dos locais e R\$ 15.000,00 com a instalação e a montagem.

Assinale a opção que indica a classificação da diminuição de caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município em 2024.

- (A) R\$ 10.000,00 em Atividade Operacional e R\$ 115.000,00 em Atividade de Investimento.
- (B) R\$ 25.000,00 em Atividade Operacional e R\$ 110.000,00 em Atividade de Investimento.
- (C) R\$ 35.000,00 em Atividade Operacional e R\$ 100.000,00 em Atividade de Investimento.
- (D) R\$ 135.000,00 em Atividade Operacional.
- (E) R\$ 135.000,00 em Atividade de Investimento.

**9**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), na análise do Balanço Financeiro, em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público.

Desse modo, a análise do Balanço Financeiro

- (A) não deve ser levada em consideração.
- (B) deve ser realizada, apenas, quando não é possível analisar as demais demonstrações.
- (C) deve ser feita em conjunto com o Balanço Patrimonial, considerando, também, as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.
- (D) deve ser feita com base nas notas explicativas que detalham as deduções da receita orçamentária por fonte e destinação de recursos.
- (E) deve ser feita com base nas notas explicativas relacionadas aos procedimentos que afetam o resultado financeiro apurado.

**10**

Em relação às notas explicativas relacionadas ao Balanço Orçamentário, analise o que se afirma a seguir.

- I. As entidades abrangidas.
- II. O período a que se refere o orçamento.
- III. O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

Entre as notas explicativas que acompanham o Balanço Orçamentário deverá estar a divulgação de

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**11**

A auditoria governamental é fundamental para assegurar a boa aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das normas legais. Ela contribui para a transparência, a correção de falhas e o aperfeiçoamento da gestão pública. Seu papel fortalece a confiança da sociedade nas instituições.

Assinale a opção que apresenta o principal objetivo da *auditoria governamental*.

- (A) Avaliar riscos e propor ações de mitigação de danos.
- (B) Fiscalizar a execução dos atos administrativos internos.
- (C) Verificar documentos e registros contábeis disponíveis.
- (D) Controlar a administração de forma técnica e preventiva.
- (E) Promover a melhoria da gestão pública com base em evidências.

**12**

A auditoria operacional é importante para analisar como a Administração Pública executa suas políticas e programas, identificando falhas e propondo melhorias. Ela ajuda a tornar a gestão mais orientada a resultados concretos. Com isso, contribui para o aperfeiçoamento dos serviços públicos e do uso dos recursos disponíveis.

Assinale a opção que indica o principal foco de uma *auditoria operacional*.

- (A) Os custos relacionados aos recursos usados nas atividades.
- (B) Os processos executados no cotidiano das unidades auditadas.
- (C) Os resultados alcançados pelas políticas públicas avaliadas.
- (D) A eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade na gestão.
- (E) Os procedimentos internos que asseguram a conformidade legal.

**13**

A auditoria interna no Município de Niterói é essencial para avaliar a regularidade da gestão, identificar riscos e propor melhorias nos processos administrativos. Ela fortalece a governança, a transparência e o uso eficiente dos recursos públicos. Sua atuação preventiva contribui para a integridade e a responsabilização da administração municipal.

Assinale a opção que indica o órgão responsável pela Auditoria Interna no Município de Niterói.

- (A) A Controladoria-Geral do Município de Niterói.
- (B) O Núcleo de Consultoria e Análise Processual da estrutura da CGM.
- (C) O Núcleo de Auditoria Governamental com atuação nas secretarias.
- (D) A Unidade de Controle Interno Setorial de cada órgão do Município.
- (E) A Corregedoria-Geral do Município vinculada à Prefeitura Municipal.

**14**

O planejamento é fundamental para definir aspectos centrais da auditoria, garantindo o foco e a efetividade nos trabalhos. Ele orienta a equipe auditora e previne falhas ou desperdícios de esforços. Com um bom planejamento, aumentam-se a qualidade e a credibilidade dos resultados obtidos.

Um dos principais instrumentos usados para organizar o planejamento da auditoria é o(a)

- (A) cronograma de execução das atividades de auditoria.
- (B) relatório conclusivo sobre as constatações encontradas.
- (C) matriz de planejamento da auditoria com escopo e riscos.
- (D) matriz de critérios para organizar a análise documental.
- (E) quadro de referências para orientar a fiscalização técnica.

**15**

A instauração adequada das Tomadas de Contas pela Controladoria-Geral do Município de Niterói é fundamental para apurar responsabilidades e proteger o erário. Essa atuação fortalece o controle interno, assegura a legalidade e contribui para a recuperação de recursos públicos. Cumprir os requisitos do Regimento Interno do TCE-RJ é essencial para a eficácia do processo.

Dessa forma, assinale a opção que indica quando a Tomada de Contas deve ser instaurada pela CGM.

- (A) Falta prazo para resposta à diligência interna determinada.
- (B) Não é prestada a devida prestação de contas nos termos legais.
- (C) É necessário esclarecer omissões quanto ao uso de recursos.
- (D) Houver extravio de documentos e informações relevantes.
- (E) Há prejuízo apurado e ausência de ressarcimento voluntário.

**16**

As evidências de auditoria são capitais para comprovar os fatos observados e sustentar tecnicamente as conclusões do auditor. Elas fortalecem a confiança nos resultados apresentados e viabilizam ações corretivas ou de responsabilização. Quanto mais claras e bem documentadas, maior a efetividade do trabalho de auditoria.

Segundo as normas, as evidências obtidas pela Auditoria devem ser

- (A) válidas para sustentar os achados apontados no relatório.
- (B) coerentes com os fatos verificados durante as inspeções.
- (C) confirmadas por outras fontes seguras e independentes.
- (D) registradas em papel físico e nos arquivos eletrônicos formais.
- (E) suficientes, apropriadas e documentadas nos autos do processo.

**17**

As contas de governo são essenciais para demonstrar os resultados alcançados pela Administração Pública em relação ao planejamento e aos limites legais. Elas promovem a transparência e permitem avaliar a qualidade da gestão fiscal e orçamentária. Sua importância está ligada ao fortalecimento da responsabilidade na condução das políticas públicas.

Conforme a Constituição Federal, assinale a opção que indica, corretamente, a quem cabe o julgamento das contas de governo.

- (A) À Controladoria-Geral do Município, conforme normas internas locais.
- (B) Ao Tribunal de Contas do Estado, com base em suas atribuições legais.
- (C) Ao Poder Legislativo, após parecer do Tribunal de Contas competente.
- (D) À Unidade de Controle Interno Setorial vinculada ao Executivo local.
- (E) Ao Núcleo de Consultoria e Análise Processual da estrutura municipal.

**18**

Uma boa fundamentação dos achados de auditoria permite que os responsáveis compreendam as falhas apontadas e adotem as medidas corretivas adequadas. Além disso, fortalece a legitimidade do trabalho e resiste aos questionamentos técnicos ou jurídicos.

Assinale a opção que indica, corretamente, o que deve ser incluído na estrutura padrão de um achado de Auditoria.

- (A) As provas obtidas ao longo da execução das ações fiscalizatórias.
- (B) Os fatos que evidenciem falhas ou irregularidades administrativas.
- (C) A causa que explica a origem do problema identificado na análise.
- (D) Os relatos formais de auditores e as entrevistas com os gestores auditados.
- (E) O critério, a evidência, a causa, o efeito e a recomendação com fundamentação.

**19**

A auditoria interna governamental é um instrumento essencial para fortalecer os controles, prevenir as irregularidades e apoiar a boa gestão dos recursos públicos. Ela contribui para a melhoria contínua dos processos e da governança. Além disso, promove a integridade e reforça a confiança na Administração Pública.

A respeito das finalidades estratégicas de uma *auditoria interna governamental*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Permitir o controle institucional e o acompanhamento dos atos da gestão.
- (B) Possibilitar o acesso à informação de interesse público de forma transparente.
- (C) Garantir a melhoria contínua dos processos administrativos da organização.
- (D) Avaliar e melhorar a governança, os riscos e os controles internos existentes.
- (E) Valorizar a ética no exercício das funções públicas com base em valores legais.

**20**

De acordo com o Regimento Interno do TCE-RJ, Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, as contas são consideradas *regulares* quando demonstram exatidão, legalidade e legitimidade dos atos do responsável. São *regulares com ressalva* quando apresentam falhas formais ou impropriedades sem dano ao erário. São julgadas *irregulares* quando há infração grave, dano injustificado ou desfalque de recursos públicos.

De acordo com essa norma, as contas são consideradas ilíquidáveis quando

- (A) não são pagas dentro do prazo legal por falha administrativa ou técnica.
- (B) não são prestadas no sistema de controle externo com regularidade formal.
- (C) um caso fortuito ou de força maior torna impossível o julgamento do mérito.
- (D) estão sem recursos financeiros disponíveis para o cumprimento de obrigações.
- (E) estão atrasadas ou irregulares, conforme avaliação do corpo instrutivo do TCE.

Realização

